

Ref. 019

Kvants

Ives Gandra da Silva Martins

A NOVA CLASSE OCIOSA

1. A TEORIA DA CLASSE OCIOSA

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,  
Professor Titular de Direito Econômico  
da Faculdade de Direito da Universidade  
Mackenzie e Conselheiro da OAB-Seccional de  
São Paulo.

Thorstein Veblen (1857-1929), sociólogo e economista descendente de noruegueses, nascido em Wisconsin nos Estados Unidos, foi, talvez, o mais ferino crítico da classe empresarial americana, no início do século. Em seu livro de maior aceitação "Teoria da classe ociosa", procura identificar as características que fazem do homem bem sucedido, através da história, um inútil, que direciona seu tempo disponível e os recursos amealhados a produzirem o honorável ócio, distintivo maior de sua superioridade sobre os demais mortais.

Sua vida assemelha-se, em nível de rejeição social, à de Marx, que crescia em mau humor na medida em que suas teorias eram atacadas pelos por elas atingidos, ao ponto de Galbraith ter dito que o pouco lido e muito citado autor germânico levou Alemanha, França e Bélgica a se unirem na crença de que seria um excelente cidadão para um outro país qualquer.

Com efeito, Marx, que se transformou em autêntico peregrino em terra alheia, teve sempre a incrível coragem de dizer verdades inconvenientes, mas com a não menos incrível insensibilidade em não saber dizê-las -e o que é pior- com

## Ives Gandra da Silva Martins

-1.A-

uma notável capacidade de apresentar soluções ainda menos convenientes que as verdades inconvenientes que dizia.

Veblen não foi diferente. Nas Universidades porque passou, foi afastado pelo corpo docente ou expelido pelo discente, nunca tendo se realizado, nem financeira, nem intelectualmente, apesar de reconhecerem, todos, seu agudo poder de captar realidades.

A "Teoria da Classe Ociosa" é livro que espelha tal indisfarçável intuição. Após analisar a vocação do homem em buscar o "inútil" e o "raro", como formas exteriores de superioridade, demonstra ter a humanidade evoluído graças à existência dessa classe superior de seres inferiores, que, na admiração procurada dos subordinados ou dos iguais, envolvia toda sua vida.

O ser humano bem sucedido, segundo Veblen, necessita demonstrar que tem tempo a perder e recursos para sobreviver, independentemente do tempo perdido; algo que os pobres mortais subordinados não têm. O ter apenas tempo a perder, inutilmente, não é, todavia, o essencial. O essencial é ter tempo a perder e fazer com que os outros saibam que se perde tempo, porque se é um ser superior.

Historicamente, alicerça sua teoria na formulação dos primeiros grupos em que a mulher, um ser inferior, fazia todo o trabalho difícil da tribo, cabendo ao homem somente dedicar-se à caça e à perda de tempo no preparar-se para seu principal esporte de desperdício, que era a guerra e o poder.

Com o tempo, a superioridade do ócio sobre o trabalho foi se cristalizando, ao ponto de ser o primeiro condecoração dos nobres, senhores e poderosos, e o segundo estigma dos escravos, estrutura que, em rigor, não se modificou, mesmo após a abolição da escravatura formal. Em verdade, ainda à

**Ives Gandra da Silva Martins**

-1.B-

época em que escreveu seu livro, a classe inferior da humanidade era aquela que se dedicava aos labores pesados e a superior, a que controlava tais trabalhadores, vivendo no ócio, à custa de seus modernos servos.

Depois de analisar o quadro da Europa e da América, a ostentação das castas sociais, das jogatinas em Monte Carlo, da moda dominante, dos esportes dispendiosos, das exhibições de jóias de suas mulheres (em nada diferente dos colares exibidos pelos chefes dos selvagens da Malásia), concluiu que a classe ociosa do século XX, que, efetivamente, detinha o poder, era a classe empresarial, sucessora inquestionável de todas as classes ociosas do passado.

A primeira edição de seu livro é de 1899 e merece, hoje, reflexão profunda, a partir das lições de um outro pensador na área econômica, que foi Adolfo Wagner, o qual, em seu livro "Lehr-und Handbuch der politischen Oekonomie" (1983), afirmou com rara precisão, que as despesas públicas tendem sempre a crescer, pois que os homens no poder criam mais necessidades para, servindo-se do povo, servirem-se do governo, verdade inconveniente que não lhe permitiu ser homenageado, posteriormente, por nenhum Estado da atualidade, nem mesmo com uma estátua comemorativa.

A reflexão que se impõe, hoje, reside em saber se a classe ociosa é constituída pelos empresários ou pela tecno-burocracia, aliada aos políticos de carreira, que transformam todos os cidadãos de um país em seus servidores permanentes, neles incluída a antiga classe ociosa.

Parece-nos que a nova classe ociosa de hoje encastelou-se no poder, vivendo, em sua ineficiência, inexperiência e incompetência, à custa de uma nova classe servil constituída de empregados e empregadores. É o que pretendemos demonstrar nesta série de 12 artigos.

**Ives Gandra da Silva Martins**

2. O PODER DA NOVA CLASSE OCIOSA

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,  
Professor Titular de Direito Econômico da Faculdade  
de Direito da Universidade Mackenzie e Conselheiro  
da OAB-Seccional de São Paulo.

Alvin Tofler, em seu livro "A terceira onda" (1980), faz menção aos integradores do poder, que são os planejadores. Distingue a classe política da classe dos integradores, não pela ambição ao poder, que é comum, mas por ser esta mais permanente que a política e por crescer em velocidade maior que aquela.

A função principal do planejador é planejar. Grandes projetos sempre, posto que os pequenos não dignificam sua condição de planejador. Os pequenos projetos, sobre serem úteis e pouco dispendiosos, incorporam-se rapidamente às necessidades comunitárias, não se lembrando o povo, com o tempo, dos grandes autores dos pequenos projetos. Ao contrário, os pequenos autores dos grandes projetos são sempre lembrados. Uma ponte caríssima e que possa servir de símbolo nacional, pelo alto custo, sobre enriquecer, sigilosamente, seus executores, empobrecendo os pagadores de tributos, é sempre eleita pelos planejadores como solução ideal para o dispêndio ocioso do que ocorreria com a eleição de uma ponte apenas útil, mas desprovida de todos os ornamentos supérfluos, visto que seu custo reduzido não realça a ostensividade desejada pelos integradores do poder. O fato de ser esta menos custosa e mais útil que aquela para a comunidade é fator despiciendo, eis que aos integradores do poder não interessa o bem da comunidade, mas apenas o seu renome pessoal e seu bem estar.

Por essa razão, muitas vezes os planejadores optam por gastar recursos em monumentos comemorativos de sua ociosidade do que

**Ives Gandra da Silva Martins**

-2.A-

no asfaltar ruas ou preparar sistemas de irrigação, de esgotos ou de projetos subterrâneos, que, por não serem vistos, não valorizam seus autores.

Os integradores do poder crescem em maior velocidade e são mais estáveis que os políticos, porque a classe não vive do conflito, mas da própria integração.

Os planejadores planejam. E, por planejarem, necessitam contar com a colaboração de mais planejadores, que, por sua vez, necessitarão continuar planejando para honrar a classe ociosa, por excelência.

Por esse motivo, ao contrário da ociosa classe política, que, no conflito, na intriga, na falta de lealdade constante, encontra forças sobrevivenciais, a classe da tecno-burocracia desconhece tal dramático desafio, impondo-se, com o tempo, à própria classe política.

Os governos mudam, os políticos se alternam no poder, mas seus integradores, aqueles que constituem a classe perpétua dos governantes, continuam sempre os mesmos, posto que a coloração partidária não se constitui em elemento de sua formação. Os integradores não têm partido político, já que são sempre governo e estão sempre no poder.

A classe política, por outro lado, não pode viver sem eles. Não pode viver sem a máquina burocrática, que cresce tanto mais quanto mais ineficiente é (técnica introduzida pelos administradores), nem sem aqueles especialistas superiores encarregados de planejar.

Embora seja a classe política aquela que aparentemente exerça o poder, ocupando espaço destacado nas fileiras da classe ociosa, em verdade é conduzida pela classe dos integradores, posto que é esta que detém o conhecimento específico capaz de fazer a máquina funcionar -necessariamente mal- para sua dignificação. Isto porque o mau funcionamento da máquina

**Ives Gandra da Silva Martins**

.2.B-

administrativa exige os "necessários" administradores da crise, ou seja: os "notáveis" integradores.

Sem crises, não há integradores do poder. Eis a razão pela qual o integrador é, simultaneamente, um gerador das crises, que aprendeu a administrar, pelo "planejamento econômico e social", melhor do que a classe política.

Thorstein Veblen falava em ócio vicário, ou seja, daquela classe subordinada à classe ociosa, que, entretanto, usufruía dos benefícios do ócio conspícuo. A nova classe ociosa vicária é a política, posto que se subordina, enquanto no governo temporário, aos desígnios e exercícios de poder determinados pela classe ociosa dos planejadores, única capaz de entender as técnicas especialíssimas de geração de crises e convivência com as mesmas. A tais planejamentos a classe política apenas adere, incapaz de compreendê-los ou de executá-los.

De qualquer forma, a nova classe ociosa, constituída de políticos e integradores, exerce o poder pelo poder, não se misturando com a classe servil, constituída de empregados e empresários, obrigados a obedecer ao que não decidem, sob a alegação de que o que for bom para a nova classe ociosa é bom para o país, mesmo que não seja bom para o povo.

E pensar que Confúcio, quando imaginou a colaboração dos especialistas, como assessores dos reis chineses, partiu do princípio de que, por amarem a cultura mais do que o poder e o dinheiro, poderiam auxiliar, por seu idealismo inato, os governantes de todos os tempos!

A experiência chinesa, principalmente no período dos Reinos Combatentes, demonstrou que o grande pensador oriental tinha mais vocação poética que filosófica.

**Ives Gandra da Silva Martins**

-2.C-

O século XX não fez mais do que confirmar que os integradores do poder, por serem mais cultos, terminam por exercê-lo de forma mais inútil, sofisticada e onerosa para a comunidade do que a singela forma de linear disputa que a classe política oferece.

A força da nova classe ociosa pertence, pois, aos integradores do poder e a seus colaboradores ostensivos, que são os políticos.

**Ives Gandra da Silva Martins**

3. A INÉRCIA DA NOVA CLASSE OCIOSA

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,  
Professor Titular de Direito Econômico  
da Faculdade de Direito da Universidade  
Mackenzie e Conselheiro da OAB-Seccional  
de São Paulo.

A nova classe ociosa, constituída dos integradores e da classe vicária, que é a política, oferta imagem de muita operosidade e pouco resultado. É que a operosidade da classe ociosa não se constitui em trabalho produtivo, mas apenas gera aumento de seus tentáculos para sustentação do poder. A multiplicação de ministérios, de empresas especializadas em planejarem outras empresas especializadas, de repartições, departamentos, secretarias e agências de multipla atuação ineficiente, é a característica que transforma a estrutura em que vive a nova classe ociosa em máquina inerte, inoperante, inócua, iníqua e inútil.

Os integradores da nova classe inviabilizam qualquer projeto digno pela superposição de funções, cargos e pessoas, de tal maneira que os despiciendos controles das variadas formas de execução orçamentária de seus planos redundam, de rigor, em custos sempre superiores aos programados e resultados inferiores aos prometidos.

A nova classe ociosa, entretanto, não necessita de eficiência. Eficiência apenas se exige para a manutenção do poder. E o poder é sempre auto-justificado, independentemente de ser destinado ao bem da comunidade. O bem da comunidade é o que menos importa. Importa, no máximo, se tal bem representar prestígio para a nova classe ociosa. Se, entretanto, o projeto para a comunidade puder provocar certa impopularidade futura para a nova classe ociosa, embora traga dividendos no início, o amor ao poder é maior que o amor à comunidade e o populismo termina por sacrificar o bem da comunidade.

**Ives Gandra da Silva Martins**

-3.A-

A nova classe ociosa, constituída pelos integradores e pelos políticos, tem no Estado um fim de auto-realização e não um meio a serviço do povo. Por essa razão, se este é sacrificado, pelo peso dos tributos e das intervenções indevidas, tal fato não sensibiliza a nova classe ociosa, posto que empregados e empresários pertencem à classe inferior dos servidores e não ao grupo encarregado de planejar o governo. E os inferiores nasceram para sustentar, suportar e beneficiar a classe dos superiores, ou seja, dos governantes.

A nota dominante, todavia, da estrutura que suporta a nova classe ociosa é sua inércia em tudo. A mão da nova classe ociosa tudo consegue contaminar. Se cria empresas, estas empresas são menos eficientes que as privadas, eis que enquanto estas buscam lucro, aquelas buscam prestígio. Enquanto estas são apenas econômicas, aquelas são econômicas e políticas. Enquanto estas vão à falência, se mal administradas, aquelas quanto mais mal administradas mais crescem.

Roberto Campos afirma que a diferença entre as economias socialistas e as capitalistas reside em que naquelas os ideais são melhores que os resultados e nestas os resultados melhores do que os ideais.

Se cria órgãos de fiscalização tributária, de preços, de meio ambiente, tais órgãos antes complicam que facilitam a vida do povo, visto que, a par de produzirem dificuldades para venderem facilidades, exigem a oneração da sociedade para manter especialistas capazes de dialogar com a democracia dos controladores, em que o direito muitas vezes cede lugar ao arbítrio ou às soluções de conveniências mútuas, com doações recíprocas, sempre à margem da lei. O custo do aparato, todavia, termina por afetar o nível de vida da classe não ociosa, que os integradores e os políticos consideram como uma espécie de escravos medievais da gleba, em sua nova versão do século XX.

-3.B-

A nova classe ociosa, por outro lado, vive de auto-emulação. Como os cargos se multiplicam -e para que o seu poder não seja perdido devem ser multiplicados, abrindo espaços para outros integradores e políticos- a nova classe ociosa considera mais relevante viver de solenidades em solenidades do que trabalhar muito em projetos sem repercussão. Sabem os integradores e políticos que seu crescimento depende da forma como a imprensa falada, escrita e televisionada veicula seus nomes e seus feitos. Por isto a nova classe ociosa, sobre fazer tudo para aparecer, apenas busca atividades em que apareça.

Sob outro prisma, tem a nova classe ociosa a certeza de que é invulnerável. Se alguém se introduz na nova classe ociosa para corrigi-la, reduzir o tamanho de sua máquina, reorientar funções, dar eficiência e equilíbrio aos planos e decisões, permitindo que venha a trabalhar, como trabalham empregados, empresários e governados, este intruso é expelido, não resiste ao impacto dos que, enquistados no poder e nos privilégios, lançam a força da inércia burocrática e da inadestrabilidade oficial sobre o ingênuo e bem intencionado patriota.

Montesquieu, ao pretender, na teoria da separação dos poderes, que o poder controlasse o poder, partira do princípio de que o homem no poder não é confiável. Vive, em verdade, para si mesmo, mais do que para os governados, e é, com o tempo, cercado apenas dos que, zangões da nova classe, outra coisa não fazem do que participar da corte inútil, como os nobres companheiros de caça, ao tempo das monarquias absolutas.

O que Montesquieu não imaginou, no seu "De l'esprit des lois", foi que a tecno-burocracia, no futuro, superaria a força dos políticos e o controle do poder pela sua separação se diluiria. Em verdade, a tecno-burocracia, hoje, penetrou nos três poderes e nenhum deles controla o outro, pois todos são controlados pela classe dos integradores.

**Ives Gandra da Silva Martins**

#### 4. A MORAL DA NOVA CLASSE OCIOSA

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,  
Professor Titular de Direito Econômico  
da Faculdade de Direito da Universidade  
Mackenzie e Conselheiro da OAB-Seccional  
de São Paulo.

A moral da nova classe ociosa nada tem em comum com a moral natural, ou seja, aquela que conforma os melhores ideais do homem e que todos os sistemas jurídicos e filosóficos, no pequeno núcleo de normas essenciais, repetem, através da história. Nem por isto a moral natural reproduz um singelo processo histórico-axiológico, como chegou a admitir Miguel Reale ("Direito Natural e Direito Positivo", Ed. Saraiva), sem se posicionar de forma definitiva. A moral natural é inerente ao ser humano, que com ela nasce e dá-lhe o perfil, em toda a sua vida. Não é criação do homem, que a julgou boa, mas algo que se insere em sua própria natureza, como afirmou René Cassin, o autor da Declaração Universal dos Direitos Humanos, hoje veiculados por quase todas as Constituições dos países civilizados.

A moral da nova classe ociosa, nos termos cassinianos inexistente. É impeditiva de exercício do poder. Elimina a capacidade concorrencial de seus perseguidores, por fazê-los prisioneiros de um código de ética, cavalheiresco e impróprio de uma guerra selvagem e sem fronteiras, que é a luta para governar, para mandar, para pertencer à nova classe ociosa, que se nutre da classe dos trabalhadores (empresários e empregados), esta postada em patamar de notória inferioridade.

A moral da nova classe ociosa tem como primeiro axioma que para se conquistar o poder tudo se pode sacrificar: família, honra, lealdade, bons costumes, princípios da moral

**Ives Gandra da Silva Martins**

-4.A-

tradicional. Isto porque a detenção do poder tudo justifica. Quem tem o poder tudo tem. Quem não o tem é um marginal para a nova classe ociosa.

As alianças políticas feitas e desfeitas, as promessas não cumpridas de fidelidade partidária, sempre que os interesses pessoais são mais relevantes, a desonestidade praticada ou consentida, na linha de que os meios justificam os fins, fazem parte da moral da nova classe ociosa, que nada tem a ver com a moral das classes inferiores.

Maquiavel é sempre citado por ter escrito o "Príncipe", embora seja mais filósofo e historiador, pela excepcional obra "As décadas de Tito Lívio". Apesar de distinguir as formas boas e más de governo, na linha de Aristóteles, Platão, Heródoto, Políbio, pelos métodos de controle e pela estrutura das leis produzidas, vale dizer a partir da monarquia, aristocracia ou democracia (governo de um, poucos e muitos homens respectivamente), preferiu, no diagnóstico do exercício do poder, definir a moral do governante, relacionando-a à eficiência na manutenção do poder. Para ele, é bom o governante que se mantém e mau aquele que o perde, sendo de nenhuma relevância os métodos usados para sua conquista ou exercício.

Das limitadas estruturas dos príncipes italianos e das monarquias absolutas do passado para as ciclópicas máquinas que auxiliam a nova classe ociosa da atualidade, houve sensível melhoria nas técnicas de manutenção do poder, mas pequena evolução na moral de seus gladiadores, cujo código de ética ensina que a vitória tudo justifica, mesmo a utilização dos mais odiosos métodos de conquista, e a derrota nada justifica, mesmo que o derrotado tenha se submetido, fidalgamente, a rígidos princípios.

-4.B-

À evidência, o poder da classe ociosa, na atualidade, constituída de integradores do poder e de políticos, é tanto maior quanto menos os governados se lhe oponham. Em sua especial moral utiliza-se do povo para obtenção de resultados pessoais. Tem o poder de vida e de morte sobre as instituições da classe operosa inferior (trabalhadores e empresários).

A moral da classe ociosa, todavia, para efeitos externos, oferta faceta com falsidade ideológica de impossível reversão. Os políticos, quando buscam votos, apregoam virtudes que sabem não ter. Defendem, por exemplo, os valores familiares, quando vivem pendurados em amantes e escândalos de circuito fechado. Falam em vontade popular, quando apenas obedecem à sua vontade viciada. Gritam pela necessidade de se combater a inércia, quando gastam os recursos do governo na criação de estruturas de poder que lhes ofertem permanência no tempo. Surgem como defensores da classe dos trabalhadores ou da iniciativa privada, quando, em verdade, defendem apenas os interesses dos trabalhadores oficiais ou das empresas estatais, foco permanente de força política, pelo potencial de recursos capaz de assegurar "lealdades" precárias e enriquecimentos subterrâneos.

A nova classe ociosa, em sua moral especial, é uma classe poderosa. Rica. Seus bens obtidos, através de estratégias e processos conflitantes com a lei, não aparecem, obviamente, nas declarações de imposto sobre a renda, posto que, muitas vezes, colocados fora da soberania das leis de qualquer país. Todos sabem, pois, que a nova classe ociosa, não obstante os "salários pequenos" que recebe, ostenta sinais exteriores de extrema riqueza, usufrue os privilégios de férias milionárias no exterior com a família, em hotéis e aviões de primeira linha. Tal padrão de vida superior da nova classe ociosa projeta, portanto, as linhas de sua moral. Milionária, dissimulada e incompetente no fazer o bem à comunidade, mas extremamente competente em se auto-beneficiar do poder.

**Ives Gandra da Silva Martins**

-4.C-

Seu ponto de fraqueza reside, entretanto, na intranquilidade. É que a nova classe ociosa necessita estar em permanente movimento, ser vista, ter ares de competência, parecer possuir a dignidade que não tem, para que os meios de comunicação, necessitados de notícias, completem sua plataforma de lançamento para vôos mais altos. E tal movimentação, quase sempre, contraria os padrões morais naturais e transforma os integradores e os políticos em cidadãos superiores pela força que possuem, mas inferiores pelos métodos que utilizam. Vivem, todavia, tensos e preocupados em não serem superados. E tal tensão retira-lhes o que Messner chamava de "a maior riqueza do ser humano", que é buscar, em paz, seus "fins existenciais".

Quem ama a história percebe o ridículo das desvairadas lutas pelo poder, cuja frustração tem sempre dupla face: a face da derrota, pelo fracasso de não se ter conseguido o que se queria, e a face da vitória, pelo vazio e pela inutilidade de que aquele poder obtido será perdido, um dia, ou pela tomada por um adversário, ou pela morte. É que o homem da nova classe ociosa tende a querer perenizar o que é, necessariamente, transitório e esquece dos elementos permanentes que conformam a natureza humana.

**Ives Gandra da Silva Martins**

5. O DIREITO DA NOVA CLASSE OCIOSA

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,  
Professor Titular de Direito Econômico da  
Faculdade de Direito da Universidade  
Mackenzie e Conselheiro da OAB-Seccional de  
de São Paulo.

Hart, pensador jurídico inglês, em seu mais famoso livro "The concept of law", fez observação cuja meditação se impõe a juristas, filósofos, sociólogos e cientistas políticos. Declara que a lei é feita pelos governantes para ser obedecida pelos governantes e pelos governados, mas como é feita pelos governantes, quase sempre é apenas exigida dos governados. Baier ("The moral point of view") adota idêntica postura.

A nova classe ociosa sabe que Hart e Baier têm razão. Faz as leis para que se diga que o Estado em que se vive é um Estado de Direito, mas não as cumpre, sentindo-se no direito supremo de interpretá-las, à sua conveniência exclusiva. Sempre que a nova classe ociosa não respeita as leis, seu argumento é de que as leis estão moribundas, são apenas formais e injustas, valendo mais a "legitimidade" de seu descumprimento, que a "iniquidade" de seu cumprimento.

A nova classe ociosa está, pois, acima da lei. Se a classe não ociosa, que se encontra na escala social inferior, cumpre a lei, não aceitando a desobediência civil dos governantes e nem aceitando a pretendida "legitimidade" ao descumprimento, os integradores do poder e os políticos consideram-na traidora, contrária aos altos desígnios que levam o estamento estatal a descumprir a lei, qual seja, a de se manter no poder.

## Ives Gandra da Silva Martins

-5.A-

De tal forma, o cumprimento da lei pela classe não ociosa (trabalhadores e empresários) é sempre ato de lesa-majestade, se a vontade da classe ociosa for descumprir aquelas normas que lhe são incômodas, porque protetoras de direitos e garantias dos cidadãos.

John Kennedy dizia, certa vez, que a diferença do modelo político americano em relação aos demais reside em que, nos Estados Unidos, governantes e governados submetem-se ao império da lei e os governantes sabem que não são senhores, mas servidores dos governados.

Para a nova classe ociosa a afirmação do assassinado presidente -talvez por membros da nova classe ociosa internacional- é heresia. Fala de um óbvio, que pode servir de plataforma política, mas que não deve ser nunca aplicado. Isto porque a nova classe ociosa não está senão formalmente submetida à lei. Na prática, a lei se subordina à nova classe ociosa, que a interpreta em benefício próprio, a título de estabilização do país. Econômica e socialmente. A nova classe ociosa, portanto, é a lei.

Dizem que Luiz XIV teria dito que ele era o Estado. Não há evidência histórica que o tenha afirmado. Se o disse, entretanto, em época de florescente monarquia absoluta, sua constatação é menos grave do que a realidade da nova classe ociosa. Esta não é apenas o Estado, que deve, por força de lei, representar. É mais do que isto. É a própria lei.

Por ser a própria lei, a nova classe ociosa revolta-se contra os que desejam interpretá-la, conforme determina o direito e não conforme suas preferências pessoais, visto que a lei é feita para ser cumprida quando beneficie a nova classe ociosa e para ser descumprida quando a prejudique. É que sua casta social é superior à inferior casta dos que a sustentam e que devem trabalhar para a própria sobrevivência.

## Ives Gandra da Silva Martins

-5.B-

Nos países sem mecanismos de defesa, a nova classe ociosa esfrangalha o Direito. Ou melhor, cria o seu próprio Direito, pouco se importando se produzido pelos devidos processos legais ou apenas através de força capaz de assegurar seu cumprimento.

A nova classe ociosa escarra sobre o Direito, retirando aos cidadãos pertencentes à classe inferior, que não é ociosa, a confiança nas virtudes e na segurança do sistema jurídico.

Quanto mais forte for a nova classe ociosa menos garantias jurídicas possuirá a inferior classe não ociosa. E quanto mais poderosa for, menos precisará submeter-se ao veredito dos tribunais, porque a ameaça policialesca e o terror fiscal e intervencionista servem para desencorajar a classe não ociosa de postulações e pleitos às cortes judiciais.

Sendo a própria lei e colocando-se acima dela, os detentores do poder são irresponsabilizáveis, visto que apenas eles têm força "interna corporis" para se julgarem. Por essa razão, a irresponsabilidade administrativa, a explosão mordômica à custa dos governados, a corrupção, a insensibilidade, a incompetência, a ineficácia, a infecundidade são atributos necessários dessa nova classe, que supera, em muito, a classe ociosa diagnosticada por Veblen. Ao lado dela, a casta inútil de Veblen seria constituída de vestais ou de carmelitas descalças, pela fragilidade de suas pretensões e pela fatuidade de suas ações.

É que a classe ociosa de Veblen, não obstante suas notórias deficiências, gerava riqueza e desenvolvimento para a classe não ociosa, enquanto a nova casta gera inércia e retrocesso para os inferiores.

Izquierdo, Hervada, Villadrich e Puy analisam que o Direito é formado de "normas naturais", que cabe ao Estado apenas reconhecer (os direitos à vida e à liberdade, por exemplo) e

**Ives Gandra da Silva Martins**

-5.C-

"direitos periféricos" que o Estado cria (sistema de governo, organização do Estado etc.). A nova classe ociosa, todavia, desconhece os limites dos direitos, que ao Estado cumpre somente adotar, e daqueles que estão em sua esfera de ação. A nova classe ociosa, que como as parasitas das grandes árvores, vivem apenas da seiva que não produzem, tudo confunde. E tudo confunde, deliberadamente, posto que, vocacionada para o exercício do poder em causa própria, não pode aceitar a idéia de que a classe inferior e não ociosa deva ter algum direito a ser respeitado.

Desta forma, a nova classe ociosa, constituída de tecno-burocratas e políticos, é uma casta supra constitucional, porque subordina a lei maior a seus duvidosos desígnios e caprichos incontroláveis.

**Ives Gandra da Silva Martins**

6. O CUSTO DA NOVA CLASSE OCIOSA

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,  
Professor Titular de Direito Econômico  
da Faculdade de Direito da Universidade  
Mackenzie e Conselheiro da OAB-Seccional de  
São Paulo.

Em uma sociedade organizada, o povo trabalha e o Governo apenas administra o esforço alheio, ofertando segurança pública, defesa contra o inimigo externo e justiça, assim como permitindo condições para que a população possa ter educação e cultura, previdência e assistência social e um sistema capaz de garantir saúde.

Para tais serviços deve o Governo receber, por tributos, o necessário para propiciar à população que preencha suas finalidades essenciais, no máximo, interferindo no processo econômico para evitar o abuso do poder correspondente.

A nova classe ociosa, entretanto, descobriu um papel adicional para o Estado, ou seja, o Estado do bem estar social. Sua finalidade foi a de servir o povo carente e melhorar a condição de vida dos insuficientes. Sua realidade demonstrou, entretanto, que o "slogan" do Estado de Bem Estar Social se transformou no Estado do bem estar da classe ociosa. A teoria pretendeu favorecer as classes mais desprovidas. A prática, todavia, favorece apenas a nova classe ociosa.

O preço social do "Welfare State", todavia, prejudica a comunidade, por inteiro, e a classe mais pobre em especial.

Com efeito, a título de oferecer auxílio aos mais pobres e dirigir o processo econômico, mister se faz a criação de estruturas a serem preenchidas por novos integrantes da

**Ives Gandra da Silva Martins**

-6.A-

classe ociosa, a custos muito superiores às reais necessidades.

Como a nova classe ociosa não produz nada, mas retira o que tem dos que produzem, à evidência, o aumento estrutural exige um esforço adicional da comunidade, que deixa de fazer o que bem poderia fazer, em matéria econômica, para destinar seus recursos para que o Estado faça mal o que não saber fazer, ou seja, ser empresário.

Por outro lado, a verdadeira causa inflacionária, hoje, reside nesta semente de destruição do desenvolvimento econômico. Transferindo a capacidade de reinvestimento produtivo dos setores privados para a incapacidade de investimento racional do setor público, o custo econômico desta transferência tem que se refletir na geração inflacionária, posto que os empreendimentos estatais, concorrenciais ou monopolísticos, por serem, na maioria das vezes, deficitários, terminam por obrigar a nova classe ociosa, sobre aumentar a carga tributária de forma desmedida, a pressionar o mercado financeiro e a emitir moeda para suprir sua notória incapacidade em ser produtiva.

O desvalor de sua ineficiência transfere-se, pois, para o descontrole da base monetária que deveria administrar e do crédito decorrente capaz de gerar a moeda escritural, em velocidade de circulação tanto maior quanto mais incompetente seja a nova classe ociosa.

Desta forma, o principal tipo de inflação é a inflação gerada pela nova classe ociosa, que é a oficial. As demais (de demanda, de custos, importada, do estado do bem estar etc.) são inflações consequenciais daquela que onera a comunidade por inteiro.

A economia da nova classe ociosa, portanto, é uma economia dirigida por poucos, em detrimento de muitos, embora os

-6.B-

anúncios públicos levem a acreditar que seja dirigida ao bem de todos.

A nova classe ociosa, em matéria econômica, por outro lado, não erra, principalmente quando erra muito. Os seus erros não são seus, mas da classe não ociosa. Os acertos da classe não ociosa não são da classe não ociosa, mas da classe ociosa.

Se um Ministro da Fazenda anuncia no início de um mês que a inflação correspondente será superior a que vier se confirmar, sua afirmação gerará nível elevado de especulação, causando sensíveis danos à economia. A ocorrência de inflação menor, que demonstra a grosseira avaliação ministerial, todavia, é capitalizada pela nova classe ociosa, não como demonstração de incompetência, mas de correta administração dos interesses da comunidade. A inflação que poderia ter sido ainda menor, se não fosse o erro evidente da inépcia ministerial, é capitalizada, nos seus patamares inferiores ao prenunciado, como vitória da nova classe ociosa. Não é, pois, diferente essa técnica daquela utilizada por Orwell, em seu "1984", em que as programações não atingidas, passavam a ser superadas pela mera manipulação dos arquivos, retirando-se os dados anteriormente projetados e substituindo-os por dados inferiores aos obtidos.

Como a nova classe ociosa é sustentada pela classe não ociosa, à evidência, quanto maior e mais ineficiente for, tanto mais onerará quem trabalha, estando neste peso sobre a comunidade, a origem dos grandes descompassos econômicos, sociais e políticos da atualidade. Isto porque a economia mal administrada e a capacidade da sociedade reduzida, pela transferência de recursos para o setor improdutivo, termina por gerar crises sociais e políticas em decorrência.

Por outro lado, a inflação permanente que produz a nova classe ociosa, constituída de governantes e políticos, no momento em que sofre processo de aceleração, passa a exigir técnicas de combate, sempre recessivas. O problema é que a

**Ives Gandra da Silva Martins**

-6.C-

recessão acaba por incidir apenas sobre a classe não ociosa, que, sobre sustentar aquela, sofre ainda os impactos negativos do combate à inflação pelos governantes gerada.

Não tivesse se multiplicado a nova classe ociosa, pela mentalidade do Estado do Bem Estar Social, a inflação não seria o drama da atualidade e a recessão poderia ser perfeitamente administrável por técnicas conhecidas pela classe não ociosa.

O certo é que por não estar a nova classe ociosa interessada em resultados comunitários, mas apenas em seus auto-resultados, faz com que o custo de sua manutenção, suportado pela classe não ociosa, cresça permanentemente. É, pois, fundamental que a classe não ociosa, constituída por trabalhadores e empresários, una-se para combater o desperdício e a incompetência da classe ociosa, origem de todos os males econômicos, políticos e sociais do momento.

**Ives Gandra da Silva Martins**

7. O COMBATE À CLASSE OCIOSA

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,  
Professor Titular de Direito Econômico  
da Faculdade de Direito da Universidade  
Mackenzie e Conselheiro da OAB-Seccional de  
São Paulo.

O futuro de cada país está na capacidade de seu povo em combater a classe ociosa. Quanto maior for a classe ociosa, constituída por tecno-burocratas e políticos, menor futuro terá o país. Já discorreremos longamente sobre a matéria em nossos livros "Teoria da Imposição Tributária" (Ed. Saraiva, 1983) e "O Poder" (Ed. Saraiva, 1984).

A classe não ociosa, pelos seus segmentos produtivos (trabalhadores e empresários), deve-se unir para uma luta sem tréguas contra a mentalidade própria dos detentores do poder.

É bem verdade que a classe ociosa teoriza os mesmos desejos do povo. Fala em luta sem quartel contra a inércia da máquina burocrática, contra o excessivo empreguismo e contra o desperdício do dinheiro público. O discurso moralizador da classe ociosa, todavia, é seguido permanentemente por prática oposta, de resto compreensível, posto que a classe ociosa é sustentada pelos empresários e empregados e não se deve esperar que lance contra si mesma as sementes da destruição. A dicção redutora do ócio conspícuo é, portanto, realmente falsa, na medida em que os governos se auto-alimentam do parasitismo oficial.

Há um discurso, todavia, da classe ociosa que não é falso. É o discurso em que pretende manter a separação entre empregados e empresários, atirando um dos segmentos que a sustenta contra o outro. Sabe a nova classe ociosa que, enquanto patrões e operários se degladiam, sua atuação fica

## Ives Gandra da Silva Martins

-7.A-

dispersa e ambos deixam de perceber que a verdadeira origem dos problemas que enfrentam está no peso desmedido dos detentores do poder.

Empregados ganham menos do que deveriam ganhar porque os tributos são elevados e a inflação oficial desestimuladora do desenvolvimento econômico sadio. O fausto da classe ociosa termina obrigando a classe trabalhadora a receber menos do que o necessário, posto que a diferença é destinada ao desperdício e ao ócio conspícuo da excessiva e inoperante máquina pública.

Empresários recebem menos do que deveriam receber por seus produtos porque devem transferir, além do suficiente, sua capacidade de reinvestimento e de produção para o sustento da ineficiente aparelhagem estatal, através de impostos excessivos, juros estabelecidos pelo governo -e não pelo mercado- e moedas não conversíveis e deterioráveis.

Ora, enquanto a nova classe ociosa transferir para as reivindicações trabalhistas ou para a liberdade de mercado os problemas econômicos de que é a única culpada, à evidência, reduzirá a capacidade de combate à sua ineficiência, porque os segmentos com possibilidade de enfrentá-la se atacam, em luta fratricida e desnecessária.

A única possibilidade de diminuição da força da classe não ociosa a patamares racionais está na união dos dois grandes segmentos da classe não ociosa para combater, sem tréguas, a inoperância oficial, os desperdícios afrontosos, o empreguismo político, os planejamentos irresponsáveis, as mordomias impatrióticas e o imenso cortejo de violências governamentais aos direitos dos cidadãos e da pátria.

Se a classe não ociosa, por exemplo, conseguisse, mediante pressão exercida através dos meios de comunicação, que os aumentos de tributo só pudessem, salvo os casos de guerra externa ou de calamidade pública evidente, ser obtidos

## Ives Gandra da Silva Martins

-7.B-

através do Congresso Nacional -com o que se valorizariam as funções legislativas- com projetos de lei sendo discutidos amplamente pela sociedade antes da aprovação, cortar-se-ia o recurso que muitos países adotam de o presidente da República ou os detentores do poder legislarem por decretos-leis. Forma de suprimir a insulina tributária para a diabete perdulária da nova classe ociosa é reduzir a facilidade com que a nova classe ociosa onera a produção da classe não ociosa, retirando-lhe aquilo que custou a ganhar, pelo trabalho honrado, para desbaratar de forma menos honrada ou menos competente.

Países civilizados, em que os líderes governistas são estadistas e não interesseiros na manutenção dos privilégios da nova classe ociosa, partiram já, há algum tempo, para a redução da carga tributária, como forma de reduzir o peso da máquina administrativa, como a Inglaterra, Holanda, Estados Unidos. Partem seus líderes do princípio de que o povo, que conhece quanto custa ganhar seu próprio dinheiro, sabe melhor que fazer com ele do que o governo que o recebe sem dimensionar o esforço dispendido. Por outro lado, o dinheiro em mãos dos governados é quase sempre aplicado em novas iniciativas econômicas, com o que uma carga tributária menor acaba por gerar uma arrecadação maior, sem desemprego e com pleno desenvolvimento.

Uma das formas, pois, de combate da classe não ociosa à nova classe ociosa reside na sua união, em regime democrático -que a classe não ociosa almeja e que a classe ociosa apenas teoriza, pois que a democracia significa controle indesejável para quem detem o poder de forma inepta- para que possa, efetivamente, reduzir a força do monstrengo estatal.

As nações apenas crescerão no futuro se obtiverem mecanismos capazes de reduzir o poder dos inúteis, mas para que isto aconteça mister se faz a união de trabalhadores e empresários contra seu maior inimigo.

**Ives Gandra da Silva Martins**

8. PARLAMENTARISMO E O CONTROLE DA NOVA CLASSE OCIOSA

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,  
Professor Titular de Direito Econômico  
da Faculdade de Direito da Universidade  
Mackenzie e Conselheiro da OAB-Seccional de  
São Paulo.

A nova classe ociosa é indestrutível. Alcides Jorge Costa, com o fino humor que caracteriza sua personalidade, diz admirar os italianos, posto que sabem eles que o Estado é imprescindível, mas dão-lhe a devida importância, ou seja, pouca. Por isto, as crises políticas italianas são superadas com inteligência, graças ao parlamentarismo. O movimento sindical adaptou-se à livre iniciativa e as greves políticas existem apenas para efeitos externos, visto que as empresas continuam trabalhando, com as janelas fechadas e as portas cerradas.

Nos países, entretanto, em que a nova classe ociosa instalou-se com o direito de dizer a verdade e a mentira que considera conveniente à nação, o povo não pode usar da sabedoria trimilenar da península itálica e é obrigado a suportar a incúria e a incompetência dos que exercem o poder pelo poder, embora digam sempre que o fazem em nome do povo.

À evidência, o presidencialismo é o sistema ideal para que a nova classe ociosa exerça o seu poder deletério e corrosivo. Porque o presidencialismo puro hipertrofia o Poder Executivo e reduz os outros dois poderes a órgãos auxiliares do presidente da República.

Ruy Barbosa, introdutor deste sistema de governo no Brasil, amargamente arrependido, alguns anos depois, declarava que preferia a "instabilidade" do parlamentarismo à "irresponsabilidade" do presidencialismo.

-8.A-

Por essa razão, Raul Pilla considerava o presidencialismo o sistema de governo da "irresponsabilidade a prazo certo" e o parlamentarismo aquele da "responsabilidade a prazo incerto". No primeiro, a eleição de um presidente irresponsável ou incompetente tem na ruptura institucional a solução para a crise criada. No segundo, a queda do gabinete processa-se naturalmente, tendo a mecânica parlamentarista instrumentos adequados e institucionais para equação dos distúrbios políticos.

Por outro lado, o presidencialismo inibe a formação de partidos políticos, que se transformam, em sua grande maioria, em conglomerados de interesses e ambições a serviço do poder, não da democracia. Não há estrutura partidária nos sistemas presidencialistas.

O modelo americano é o que menos serve de paradigma, visto que lá o presidencialismo é parlamentar ou o parlamentarismo é presidencial. Ao contrário dos demais países presidencialistas, em que o presidente é quem fecha os parlamentos, nos Estados Unidos o parlamento derruba presidentes. Durante a guerra da Secessão, no século passado, o parlamento não permitiu que as garantias constitucionais do cidadão fossem suspensas.

No parlamentarismo, ao contrário, as estruturas partidárias são sólidas e renováveis. O povo controla o parlamento, que por sua vez controla o gabinete. E o chefe de Estado, monarca ou presidente, controla o parlamento, pelo direito à dissolução do congresso, se forem inúmeras as quedas de gabinetes.

Aliás, o parlamentarismo apenas funciona com o voto distrital de um lado e o direito à dissolução do Congresso de outro. Pelo primeiro, o eleitor controla o seu representante, durante todo o mandato, não havendo como possa um mau representante ser reeleito. Pelo segundo, o chefe de Estado

## Ives Gandra da Silva Martins

-8.B-

tem o direito de convocar novas eleições antes do término do mandato para saber se um parlamento, que não tem confiança nos gabinetes que constituiu e desconstituiu, continua a merecer a confiança do eleitorado.

Os partidos, portanto, se formam naturalmente, em face de o eleitor não ser apenas o passivo depositante de votos, mas um permanente controlador do poder e de seu veículo de ascensão, que é o partido.

No presidencialismo o eleitor nada vale. Todo o seu exercício democrático esgota-se no depósito do voto entre as duas ou três opções que as falsas estruturas políticas lhe ofertam a escolher. E o presidente eleito apenas tem compromisso com o seu grupo e não com o povo.

Eis porque se diz que o presidencialismo é o sistema de governo que revive as monarquias absolutas do passado, apenas com prazo certo no exercício do poder.

Arend Lijphart, ("Democracies", Ed. Yale University Press, 1984), nas únicas 21 democracias estáveis conhecidas depois da 2a. guerra mundial, descobriu uma presidencialista-parlamentar (Estados Unidos) e 20 parlamentares, puras ou mistas. Não existe um único país presidencialista puro. É que o presidencialismo puro é a negação da democracia.

No presidencialismo puro, em que o presidente governa por decretos-leis e não consulta nem o Congresso, nem o povo para deliberar o que considera útil para o país, não há democracia (governo do povo) mas tirania (governo de um só homem).

A nova classe ociosa prefere sempre o presidencialismo, que não a controla porque nele está inserida, ao parlamentarismo, que permite maior participação do povo na condução dos negócios políticos.

**Ives Gandra da Silva Martins**

-8.C-

O combate à nova classe ociosa pela classe não ociosa tem que passar necessariamente pela adoção da forma mais civilizada e democrática de exercício do poder, única capaz de conseguir reduzir sua influência crescente e maléfica sobre o povo que governa.

**Ives Gandra da Silva Martins**

9. A NOVA CLASSE OCIOSA E O PODER JUDICIÁRIO

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,  
Professor Titular de Direito Econômico  
da Faculdade de Direito da Universidade  
Mackenzie e Conselheiro da OAB-Seccional  
de São Paulo.

À nova classe ociosa não interessa um Poder Judiciário forte. Isto porque o poder Judiciário tem o direito, nas democracias autênticas, de cortar os tentáculos dos detentores do poder (leia-se Executivo), quando agem -e o fazem comumente- contra a lei e contra o povo.

Mesmo os formalistas do Direito, como Kelsen, Hart e Cossio, reconhecem que a jurisprudência é fonte de Direito, funcionando o Poder Judiciário como o integrador da frieza da norma às realidades concretas, na busca de um ideal de justiça. Jeremy Bentham falava na necessidade de um "mínimo ético", em qualquer sistema jurídico, para lhe garantir permanência e os jusnaturalistas -não os racionalistas do direito natural- declaram que a norma injusta não deve ser obedecida, cabendo ao Poder Judiciário o principal papel estabilizador do Direito (Messner, Puy, Hervada, Izquierdo, Gomes, Leclercq, Villey, etc.).

O presidencialismo tende a reduzir as funções do Poder Judiciário às de mero administrador da justiça, quando provocado, sobre lhe retirar os recursos necessários para ter uma máquina ágil e operante. Apenas com bons homens o Poder Judiciário -em qualquer regime, sempre o poder melhor constituído, com cidadãos cultos e capazes- não tem condições de cumprir sua missão e a nova classe ociosa alicerça sua força em lhe retirar os meios para que não possa atender os superiores interesses da justiça.

**Ives Gandra da Silva Martins**

-9.A-

Deixar ao Poder Judiciário a exclusiva função de dizer o direito para casos concretos é diminuir consideravelmente sua missão e facilitar o domínio da nova classe ociosa sobre o povo, que escraviza.

O Poder Judiciário para funcionar necessitaria ter, em plenitude, três funções complementares e de transcendental relevância.

A primeira delas é a clássica missão de administrar justiça em relação aos casos concretos que lhe são submetidos.

A segunda deveria ser a de não permitir que inconstitucionalidades, praticadas pela classe ociosa no poder, permaneçam no tempo, desmoralizando o Direito e trazendo insegurança ao povo, que não pode confiar nos governos que violam a lei.

Para tanto, o Poder Judiciário deveria ser dotado de cortes constitucionais, ou seja, cortes especializadas em bloquear, de imediato, as pretensões violadoras do direito, perpetradas pela nova classe ociosa.

Na Itália e Alemanha, ainda de forma tímida, a experiência está se processando. No Brasil, a corte constitucional não é o Supremo Tribunal Federal, mas o advogado do Presidente da República, que pode mandar arquivar, sem levar ao Pretório Excelso, todas as arguições de inconstitucionalidades contra atos de seu patrão. Como o Procurador Geral da República é demissível "ad nutum", compreende-se que na história brasileira das últimas décadas, proteja sempre os atos inconstitucionais de seu empregador, arquivando representações e obrigando o cidadão a discutir tais violações, desde a primeira instância. A prática brasileira tem demonstrado que apenas 5% dos lesados discutem em juízo para terem seu direito confirmado, 3 ou 4 anos depois das violações. 95% do povo submetem-se às exigências descabidas e ilegais, de tal forma que para esta maioria, passiva e

-9.B-

conformada, o ilegal é a lei. As cortes constitucionais obrigam a nova classe ociosa, nos países que a adotam, a ter mais respeito ao cidadão, razão pela qual sua existência valoriza o Poder Judiciário.

A terceira vertente corresponderia ao Poder Responsabilizador. As Cortes de Contas, que deveriam fiscalizar e condenar o administrador irresponsável. No Brasil, como os Tribunais de Contas não estão vinculados ao Poder Judiciário, mas são meros órgãos de assessoria do Poder Legislativo, suas denúncias servem de singela denúncia moral, sem quaisquer outras consequências, pelo caráter político da Casa que assessoram.

Para que o Poder Judiciário se fortaleça é necessário que o Poder Responsabilizador, capaz de cercear a irresponsabilidade da classe ociosa, esteja, como órgão autônomo e auto-executor de suas decisões, no âmbito do Poder Judiciário. Desta forma, a nova classe ociosa estaria também controlada, em seu anseio de domínio, pelos estritos limites da lei.

Um Poder Judiciário que administre justiça, bloqueie inconstitucionalidades com celeridade e responsabilize o mau administrador, pela própria qualidade humana de seus componentes, constitui-se em eficaz recurso democrático à redução da força da nova classe ociosa. Para equilíbrio das três vertentes do Poder Judiciário, necessário se faz uma corte suprema que julgaria, para efeitos de harmonização das decisões, os recursos últimos de cada um dos segmentos judicantes.

O povo, que pretenda construir uma grande nação, deve saber combater a nova classe ociosa, que dificulta tal desiderato, razão pela qual deve lutar, com todas as suas forças, para conseguir o fortalecimento do Poder Judiciário, que é aquele com o direito de julgar todos os outros e, fundamentalmente, de controlar a nova classe ociosa.

**Ives Gandra da Silva Martins**

10. A ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL E A NOVA CLASSE OCIOSA

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,  
Professor Titular de Direito Econômico  
da Faculdade de Direito da Universidade  
Mackenzie e Conselheiro da OAB-Seccional de  
São Paulo.

A nova classe ociosa não acredita na livre iniciativa. Tolerá-a na medida em que possa servir aos seus desígnios de manutenção do poder. Engana-a de todas as formas possíveis, procurando ofertar-lhe o oxigênio necessário para que não pereça até que tenha absorvido todo seu "know how" ou a tenha constituído em serva permanente de sua ação.

Por outro lado, a nova classe ociosa possui um discurso social de efeitos retóricos superiores aos resultados práticos, visto que estes são de impossível obtenção, pois que os recursos destinados à classe inferior são desperdiçados pelas necessidades crescentes, inúteis e supérfluas de manutenção dos privilégios que os governantes se auto-outorgam.

Assim sendo, o discurso da nova classe ociosa é repleto de inviabilidades em relação à iniciativa privada e repleto de irrealidades em relação às aspirações sociais. A ação, todavia, é perversa e nitidamente contrária à iniciativa privada e às aspirações sociais do povo.

É que a dicção da nova classe ociosa pretende que as empresas vivam sem dar lucro e que a elevação da condição de vida do operariado ocorra, sem sacrifício dos governantes e por transferência de riqueza dos governados mais ricos. Esta transferência, entretanto, faz-se apenas para as burras governamentais, visto que a voracidade fiscal é tanto maior quanto maior a ineficiência pública.

-10.A-

A retórica da nova classe ociosa de que a empresa pode ser tolerada pelo Estado, desde que encarcerada em seus padrões preconceituosos e de que a ordem social deve estar desvinculada da ordem econômica sendo um direito do cidadão, embora meramente programático, posto que não obrigando o Estado a garanti-lo se não em um futuro remoto e incerto, à evidência, facilita o domínio da classe ociosa sobre a classe não ociosa.

A reversão desse domínio iníquo apenas se dará no momento em que a classe não ociosa unir-se para impor à classe ociosa o seu estilo de trabalho e produção. Em vez de aceitar passivamente a ingerência governamental, tem o direito de inserir-se nas atividades governamentais para controlá-las. Em vez de aceitar o discurso de que a empresa privada apenas é admissível se for útil, deve reverter a dicção e apenas permitir a empresa estatal, se necessária e de utilidade inequívoca. Em vez de ofertar ao Estado o direito de definir as regras do jogo que orientam a economia de mercado, necessita impor as regras do jogo aos governos para que não atrapalhem a evolução do país. Em vez de submeter-se à afirmação de que o povo é meio para realização da classe ociosa no Estado-fim, precisa lutar para que o Estado seja apenas meio e que suas funções sejam destinadas ao povo, constituído pela classe não ociosa.

Dos 10 maiores PNBs do mundo oito pertencem às economias de mercado e dois às economias inteiramente planejadas. Ou melhor, as economias que se sujeitam à planificação global da classe ociosa, sem ingressar no mundo criativo dos desafios de mercado (Rússia e China).

No Brasil, Ruy Mesquita (Introdução ao nosso livro "O Poder", Ed. Saraiva) em estudo sociológico de grande atualidade, demonstra como a classe ociosa fere a economia de mercado e atrasa o desenvolvimento nacional. Henry Maksoud, discípulo de Hayek, por sua vez, nos artigos de fundo da Revista Visão, atribui, com propriedade, a Keynes o fortalecimento da classe

## Ives Gandra da Silva Martins

-10.B-

ociosa e os descompassos que o excessivo planejamento terminou por trazer à economia moderna. Felizmente, o mundo civilizado reage aos freios criados por J.M. Keynes, a título de gerar aceleradores, estando em franca reversão as teorias do pensador inglês, mais hábil político do que bom economista. Suas teorias vingaram, durante muito tempo, menos por seu valor intrínseco e mais pelo custo ínfimo do principal fator econômico, que era o energético. Depois do 1º choque do petróleo, em que o preço da energia atingiu seus patamares de mercado, à evidência, a teoria do gasto inútil, do planejamento econômico, dos controles inibidores passou a ser menos encantadora e gradativamente abandonada pelos técnicos da economia.

O mundo só poderá evoluir se empresários e empregados entenderem-se na busca de crescimento dos mercados, em que a livre iniciativa será tanto mais forte quanto mais pessoas com condições de comprarem seus produtos surgirem.

As políticas monetária (disciplina da moeda e do crédito) e fiscal (com estímulos e desestímulos) devem ser direcionadas para tal finalidade de expansão de mercados, mas fora dos controles da classe ociosa e sob permanente pressão da classe não ociosa (trabalhadores e empresários). E tal pressão poderá ser exercida, de um lado, através do Congresso e do sistema parlamentar de governo e, de outro, através de um Poder Judiciário fortalecido, que obstaculize os exercícios pirotécnicos da classe ociosa nos planejamentos econômicos.

Só haverá uma ordem econômica forte e social justa, se, aqueles que a realizem (empresários e empregados), controlarem a capacidade de desorganização econômica de que a classe ociosa é capaz. Só haverá, pois, se o poder de fato for transferido para a classe não ociosa, que obrigará a classe ociosa a exercer o poder de direito, em padrões rigorosamente regulamentados.

**Ives Gandra da Silva Martins**

11. A NOVA CLASSE OCIOSA E AS LIBERDADES INDIVIDUAIS

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,  
Professor Titular de Direito Econômico  
da Faculdade de Direito da Universidade  
Mackenzie e Conselheiro da OAB-Seccional  
de São Paulo.

A nova classe ociosa perturba o exercício das liberdades individuais, principalmente no que diz respeito ao direito de a família ser constituída de acordo com os padrões que o casal desejar.

Hitler, quando determinou que as mulheres judias fossem esterilizadas, pretendia, por almejar conquistar o mundo, que, em duas gerações no máximo, os judeus desaparecessem da face da terra pelo extermínio dos adultos e pela vedação de a futura geração vir à luz.

Maharashtra na Índia, é Estado que adotou severa legislação contra a liberdade de as famílias determinarem seu número de filhos, exigindo a lei, sob pena de sanções criminais, que toda mulher, com mais de dois filhos, aborte o terceiro.

Até há bem pouco tempo, os russos interferiam na liberdade de formação religiosa dos filhos, exigindo que os pais adotassem repressivos métodos de preparação dos futuros cidadãos soviéticos. A Constituição da Tchecoslováquia, por seu lado, na década de 1960, ao ofertar a liberdade de culto, esclarecia que a República socialista entendia ser forma antiquada e superada de exploração popular, de tal forma que os verdadeiros cidadãos não deveriam se vincular a tais "superstições". Outros países socialistas, em que a classe ociosa domina sem limites, obstaculizam o acesso aos cargos públicos e à carreira política aos "contaminados" por tais crenças.

## Ives Gandra da Silva Martins

-11.A-

O próprio Banco Mundial financia projetos de controle da natalidade em países asiáticos, nos quais a tônica é a punição daqueles que não se submetem ao regime limitativo.

Certa vez, em um Seminário naquela instituição, a que fomos convidados pelo governo americano, interpelamos a funcionária, encarregada de coordenar tais financiamentos, se teria coragem de sugerir ao povo americano tal cerceamento de liberdade ao direito de as famílias determinarem, de acordo com suas convicções, o número de filhos que desejassem, pergunta que a embaraçou sobremaneira.

A nova classe ociosa necessita, todavia, de controle absoluto das consciências para manter, permanentemente, seu domínio sobre a classe não ociosa. Como não consegue equacionar o problema da miséria nos países em desenvolvimento, em face dos desperdícios de recursos e da apropriação em causa própria, que faz da riqueza nacional, prefere exterminá-la pela retirada da liberdade dos insuficientes de definirem seu próprio destino.

É bem verdade que a nova classe ociosa, ao aplicar, após a 2a. guerra mundial, não por imposição, mas por pressão dos meios de comunicação, sua teoria sobre o controle da natalidade, nos países desenvolvidos, conseguiu que houvesse uma acentuada queda de nascimentos na Europa, ao ponto de hoje todos os governos estarem preocupados com o que acontecerá com a França, Alemanha e outras nações dentro de duas gerações, se se mantiver sua decrescente fertilidade.

Giscard D'Estaing, em seu livro "La Democracie Française", sugere que sociólogos, psicólogos, políticos, cientistas estudem a razão de ser da queda de natalidade na Europa. Simone Weil, quando presidia o parlamento europeu, apelou para que os europeus, que tinham aprendido a produzir tudo, voltassem a produzir europeus.

O mesmo fenômeno ocorrera, quando da decadência do império

-11.B-

romano, mas Políbio, com intelectualismo menos elegante que D'Estaing, afirmava que as mulheres romanas tinham menos filhos, porque os filhos davam trabalho e a evolução econômica aguçara-lhes a vontade de aproveitar a riqueza, sem compromissos. Entre gastar dinheiro com filhos e gastar "aproveitando" a vida, tinham as romanas optado pela segunda fórmula.

A nova classe ociosa, em verdade, necessita do domínio das consciências e como tal consciência só existe nas famílias livres, é através do controle da natalidade e da pressão sobre aquelas menos abastadas, por "slogans", estímulos e desestímulos, que as desestrutura, substituindo-se aos pais no direito de educar a prole.

O combate à nova classe ociosa exige que esta liberdade das famílias seja intocável. Que se combata a miséria pela aplicação dos recursos fundamentais em previdência e assistência social e não pelo desvio, para manutenção de um estamento insuportável, injusto e desnecessário.

Um país em que a família não nasça livre e que os pais não possam determinar o que é bom para a prole, inclusive o seu direito superior de criar a vida, sem interferências ideológicas, é evidentemente um país de escravos. Que o combate à classe ociosa comece pelas famílias, para que sejam elas as senhoras dos seus filhos e não a nova classe ociosa.

**Ives Gandra da Silva Martins**

12. A NOVA CLASSE OCIOSA E A EDUCAÇÃO

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,  
Professor Titular de Direito Econômico  
da Faculdade de Direito da Universidade  
Mackenzie e Conselheiro da OAB-Seccional  
de São Paulo.

Nos países em que a nova classe ociosa impera e controla todas as manifestações culturais, econômicas e sociais, determinando a forma e a maneira de ser da classe não ociosa, a educação é insuficiente e as futuras gerações restam condenadas a evidente atraso intelectual em relação aos países em que os governados são mais independentes e atuantes.

Se o país restar entre os que conformam o denominado terceiro mundo, o drama é ainda maior, posto que a nova classe ociosa prefere gastar os recursos que retira dos governados, reduzindo sua capacidade de crescimento, em projetos inúteis e em esquemas ilusórios de favorecimento político, do que no investimento com a juventude.

Tanto mais forte é a classe ociosa quanto mais deficiente o ensino e quanto mais deficiente for o ensino menor contestação estudantil ou pós-estudantil haverá, até por força das limitações financeiras e da redução do campo de pesquisa que a Universidade termina por propiciar.

Nos países em que a classe ociosa domina, os Ministérios de Educação recebem insuficientes verbas, o estudo é tratado como mercadoria -podendo até ser tabelado como papel higiênico ou cigarros- os professores vivem na miséria e as poucas expressões acadêmicas terminam por se aperfeiçoar no exterior.

## Ives Gandra da Silva Martins

-12-A.

Um país que não cuida da juventude ou do ensino é um país condenado a convulsões futuras, a frustrações, à permanência no atraso tecnológico e à descoberta do obsoleto. Perde competitividade internacional e sacrifica as potencialidades nacionais.

A nova classe ociosa, todavia, preocupada na manutenção do poder e no criar mecanismos de seu controle e de imposição de cargas excessivas sobre os governados, examina, como preocupação marginal, a problemática dos cursos de 1º e 2º graus, assim como das Universidades.

As verbas que lhes são destinadas são as mínimas necessárias para se possa dizer que há um Ministério de Educação, o qual, todavia, recebe menos do que qualquer empresa média estatal.

É que para a nova classe ociosa as mordomias presentes são mais valiosas que as gerações futuras. O poder atual é melhor que o porvir da Nação. Acresce-se que as inversões nas Universidades e no sistema de ensino geram menos dividendos políticos que outras formas de inversões populistas, sobre criarem a possibilidade de contestação de uma geração que, melhor preparada, termina por se opor à exploração do povo pelos integradores do poder e pelos políticos.

À evidência, em tal estágio, são revoltados os professores, que com o tempo se desinteressam pelos alunos, quando não abandonam a profissão, e restam despreparados os estudantes que se formam, inclusive em nível universitário, exibindo mais diplomas que conhecimentos.

Giscard D'Estaing falava em quatro poderes, que permitiriam uma democracia estável, desde que descontaminados e independentes ("Le Democracie Française", Ed. Fayard): o poder político, o poder econômico, o poder sindical e o poder dos meios de comunicação. Se cada um estivesse livre do outro e não ambicionasse preencher o espaço alheio, a democracia existiria no país que hospedasse tal especial separação de poderes.

-12.B-

Edmundo Vasconcellos, todavia, ao examinar a posição giscardiana, que estalajamos, sugeriu que um quinto poder fosse acrescentado para que um país, além de ser democrático, fosse evoluído, qual seja, o poder universitário.

Benedicto Ferri de Barros defende posição semelhante, tendo já idealizado no passado Instituto de Estudos Superiores, capaz de aglutinar a força universitária de uma nação.

Parece-nos que a separação de poderes idealizada por Giscard D'Estaing se completaria com o fortalecimento do poder universitário, que, em última análise, seria o fortalecimento de todo o sistema educacional, verdadeiro alicerce de uma nação vocacionada para um futuro digno.

O combate à nova classe ociosa passa, necessariamente, pela escola e pela Universidade, a partir da pressão dos governados para que o Estado invista, fundamentalmente, no futuro e na juventude.

É bom o Governo que administre bem a justiça e oferte condições para que haja segurança pública, educação, saúde, previdência e assistência social. É mau aquele que, sendo péssimo empresário, deixe de fazer o que sabe fazer para fazer o que não sabe fazer. A nova classe ociosa, portanto, vive dos maus governos e se dilui com os bons. Que as nações, que possuam estruturas integradas pela nova classe ociosa, saibam reverter, pela união da classe não ociosa, tais mecanismos de domínio, colocando o poder a serviço do povo e nunca dos governantes.